

## **Resenha da obra: Travestis e prisões: experiência social e mecanismos particulares de encarceramento no Brasil de Guilherme Ferreira**

Pablo Mateus dos Santos Jacinto\*

Recebido em 22/03/2020. Aceito em 15/06/2020

Na época em que publicou o livro “Travestis e prisões: experiência social e mecanismos particulares de encarceramento no Brasil”, Guilherme Gomes Ferreira havia acabado de concluir o mestrado em Serviço Social. Assistente social de formação, sua trajetória é marcada pelo estudo das sexualidades e identidades de gênero a partir de situações concretas, conforme prerroga seu campo. Paulatinamente, foi aprofundando suas pesquisas acerca do (e no) ambiente penitenciário, buscando compreender como os fenômenos citados operam nesta dinâmica.

Esse livro parte do trabalho concretizado na dissertação de mestrado do autor e tem a proposta de compartilhar a experiência do pesquisador e, principalmente, as vozes das travestis que compõem o sistema carcerário brasileiro. Para tanto, tomou-se o Presídio Central de Porto Alegre (PCPA) como campo de investigação. Nesse presídio, há um espaço específico para pessoas cuja identidade de gênero e/ou orientação sexual não são hegemônicas. São as travestis dessa ala que protagonizam as linhas que seguem.

A metodologia de pesquisa envolveu diálogos com diversos atores do sistema prisional gaúcho. Assim, coletar relatos de travestis presas, seus companheiros, técnicos penitenciários e homens gays que compartilhavam a ala exclusiva para pessoas que não se enquadram na norma sexual hegemônica foi crucial para a emergência de perspectivas e falas convergentes e divergentes que possibilitaram o exercício proposto pela análise dialética.

Nesse sentido, o livro é dividido em cinco capítulos organizados de modo a trazer um aprofundamento teórico condizente com a proposta do trabalho. Os títulos e subtítulos ousados antecipam o caráter do texto e demonstram aspectos registrados pelo autor em seu diário de campo. O primeiro capítulo é intitulado “Introdução: feitas de carne, osso e gênero”; o segundo, “Gênero, corpo, sexo e sexualidade”; o terceiro, “Prisões”; o quarto, “Travestis e prisão: experiências e significados sociais”; e, por fim, “Considerações sobre o lusco-fusco e vidas (hiper)pre-cárias: algumas possíveis sínteses”. Adiante serão expostos os elementos centrais que constam nesses capítulos.

---

\*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Psicologia (UFBA). Graduado em Psicologia (UNEB). Docente do Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE).  
E-mail:pablojacintopsi@gmail.com



No primeiro capítulo, o autor explicita seu interesse no campo temático do livro e destaca os objetivos que o guiaram durante o processo de investigação. Já nesse espaço, levanta aspectos teóricos que serão aprofundados adiante. Demarca, neste capítulo, seu objeto de estudo, que é permeado pela materialidade das experiências e trajetórias das travestis encarceradas, considerando também os discursos que entrelaçam esse processo.

Apesar de ter como foco a questão da identidade de gênero concretizada na pessoa travesti, o autor reconhece que estes sujeitos apresentam características próprias do contexto latino-americano e, especialmente, brasileiro. Busca historicizar as concepções e constituições da categoria “travesti” no Brasil e revela que não é possível estabelecer essa compreensão sem dialogar o debate sobre sexualidades e identidades de gênero ao debate de classe e de raça, visto que as travestis presas, na realidade brasileira, têm como demarcadores recorrentes a origem pobre e a negritude no que tange ao quesito raça/cor. Assim, cabe no texto o debate sobre interseccionalidade - um conceito que busca compreender como esferas socialmente desqualificadas e marcadas por opressões e preconceitos se associam e compõem sujeitos reais.

Em relação à fundamentação teórica, foco do segundo capítulo, o autor articula duas perspectivas que tradicionalmente não têm sido postas em diálogo: o marxismo e a teoria *queer*. A primeira busca compreender as relações sociais a partir do modo de produção no qual essas relações se sustentam. Tem, entretanto, recebido críticas quanto à sua forma de abordar questões que supostamente fogem à centralidade econômica, passando mais por princípios ideológicos do que concretos. A segunda busca compreender as questões de gênero e sexualidades a partir de análises críticas acerca de conceitos heterossexualidade compulsória, binarismos, identidades e preconceitos emergentes desse cenário. Tem recebido questionamentos sobre sua forma de abordar essas temáticas, descontextualizando-as das bases concretas de organização social e reduzindo-as a produtos de discursos.

O autor reconhece que ambas as teorias possam ser contrastantes em diversos aspectos, porém mantém uma postura crítica acerca dos seus avanços e limitações. Dessa forma, busca preencher lacunas teóricas ao adotar recursos provenientes de uma ou outra perspectiva, conforme necessário. Faz isso sem tornar o texto confuso. É possível identificar a qual perspectiva teórica está se referindo no momento da análise e leva o leitor a estabelecer suas próprias reflexões sobre a temática trabalhada.

Este capítulo também abarca reflexões conceituais acerca da categoria das identidades de gênero. São retomadas concepções que partem dos movimentos sociais (em especial, os feministas) e correntes acadêmicas (com destaque à psicologia e à psicanálise) no intuito de delimitar e categorizar a transexualidade e travestilidade, as quais o autor demonstra um posicionamento crítico - não ignorando as consequências de cada definição conceitual.

O terceiro capítulo, intitulado “Prisões”, retrata os aspectos institucionais e seu papel no controle dos corpos. No caso das travestis, este controle se exponencia, seja pela própria organização arquitetônica e operacional do presídio ou por parte da comunidade carcerária e de técnicos penitenciários. Identidades de gênero e orientações sexuais não hegemônicas não têm espaços livres de repressão no contexto penitenciário, e isso gera violências de naturezas diversas a pessoas aprisionadas que possuem essas características.

Por outro lado, o autor destaca relatos que revelam outra visão acerca desse contexto. Em alguns casos, a situação de prisão foi catalisadora para a afirmação de gênero das travestis entrevistadas e, em outros casos, são apontados os direitos que são minimamente garantidos (alimentação e acesso à saúde, por exemplo) a essa população quando na condição de encarcerada.

Entretanto, tais relatos são vistos de modo crítico, posto que o autor questiona a real contribuição do sistema prisional, no que tange aos objetivos galgados, às travestis que o compõem.

São apresentadas, também neste capítulo, reflexões acerca do processo ético e científico da pesquisa. O autor problematiza questões referentes à validade da pesquisa qualitativa de cunho narrativo e questiona a representatividade que seu estudo apresenta diante da demanda das travestis, já que ele se reconhece enquanto pessoa cisgênera. Conclui que, apesar haver um distanciamento entre a realidade de pesquisador e participantes, a estrutura de pesquisa foi pensada para dar voz a um público historicamente negligenciado e, portanto, reforça seu caráter ético para com essa população.

Ainda nesse sentido, percebe-se que o autor não é imparcial em suas análises e conclusões, assumindo posturas de militância e cobrança de efetivação de direitos sem distanciar-se do rigor científico exigido pela pesquisa qualitativa a que se propõe.

O quarto capítulo recai sobre a análise propriamente dita dos dados da pesquisa. Nesta seção, são abarcadas questões como: famílias das travestis, seus relacionamentos dentro do presídio, sua militância junto aos movimentos sociais e suas demandas referentes à saúde. O autor se vale dos relatos e aprofunda suas análises em cima das narrativas, evidenciando um processo fluido embasado na escuta da história oral já anunciado no capítulo introdutório, mas que ganha corpo e sentido nesta parte do livro.

É aqui que as vozes se somam e reverberam. O autor busca identificar de onde partem e como são construídos os discursos empregados pelas travestis ao tratar dos temas explicitados. Nesse processo, retoma conceitos da teoria *queer* e do marxismo para identificar, por exemplo, quando se presentifica a noção de abjeção<sup>1</sup> ou os processos de alienação<sup>2</sup> presentes nas falas.

No capítulo final, os objetivos que guiaram a pesquisa são retomados e o autor elabora reflexões acerca dos alcances realizados e pontos a serem melhores exploradas. Também neste capítulo, são levantadas propostas condizentes com os resultados da pesquisa no que tange à educação acerca das questões de gênero, as políticas públicas voltadas para esse público e ao próprio sistema penal e seu modo por vezes excludente de receber essa parcela da sociedade.

Ao longo de todo o texto, o autor lança mão de notas que, apesar de frequentes, não são excessivas; trazem elucidações importantes acerca dos conteúdos trabalhados. Também são constantes as abreviações ao longo do texto. Assim, embora não seja elemento obrigatório, seria válido trazer uma lista de siglas, já que são muitas e podem confundir o leitor quanto aos seus significados.

A leitura revela uma gama de campos a serem trabalhados por quem se interessa pela temática do livro. O autor traz gatilhos com temáticas propícias de estudo e reforça a relevância do fazer acadêmico no campo prisional e dos estudos de identidades de gênero. Além dos temas

---

<sup>1</sup> O conceito de abjeção se refere ao processo social profundo de desconsiderar a relevância da vida de certas parcelas da população (PRINS; MEIJER, 2002). A importância esvaziada reverbera em situações que geram sofrimento e descaso a estes grupos. As travestis passam pelo processo de abjeção pois são desqualificadas enquanto sujeitos e há pouco esforço da sociedade como um todo em incluí-las nas vivências cotidianas que não em condições marginalizadas.

<sup>2</sup> Konder (2009) se debruça sobre este termo presente em toda a obra de Marx. Sem o intuito de aprofundar, alienação é um processo através do qual a classe proletária – portanto, oprimida – é levada a adotar um discurso que a prejudica, favorecendo essencialmente a classe burguesa. No caso das travestis, são observados, por parte delas próprias, discursos que reforçam estereótipos negativos e deturpam sua condição de sujeitos. Daí a adoção do conceito marxista ao analisar as narrativas acessadas.

centrais, tópicos transversais surgem e são tratados mais ou menos aprofundadamente conforme refiram-se aos objetivos propostos, sem terem sua relevância descartada.

O estudo desse livro, portanto, mostra-se de grande valia para quem está investigando tais temáticas e os tópicos subsequentes, já que atinge os objetivos explicitados nas páginas introdutórias, sendo de grande contribuição para a academia. Destaca-se também a relevância deste livro aos profissionais que se deparam com a realidade nele tratada em sua prática de trabalho. Refletir acerca dos discursos e processos que permeiam as identidades de gênero pode ser impulsionador para boas práticas que não reproduzam violências e promovam emancipação.

## Referências

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e prisões: experiência social e mecanismos particulares de encarceramento no Brasil**. Curitiba: Multideia, 2015

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, jan. 2002. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 20 fev. 2018.